



Polícia Federal poderá ter que investigar crimes de milícias

Marcos Oliveira/Agência Senado



Eunício de Oliveira (C) cumprimenta na sessão Randolfe Rodrigues, relator da proposta aprovada ontem pelos senadores

Plenário aprovou projeto que atribui à PF a apuração de crimes de policiais estaduais. Eunício e Maia prometem votar proposta sobre integração das polícias

Proposta do ex-senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, aprovada ontem, determina que caberá à Polícia Federal investigar crimes cometidos por agentes de segurança estaduais. Segundo o autor, a deficiência da segurança pública, especialmente em favelas e comunidades carentes, favoreceu o surgimento de milícias, que, com faturamento milionário, passaram a atrair integrantes das próprias forças de segurança pública. O projeto segue agora para análise

da Câmara dos Deputados. Dando seguimento à decisão do Senado de votar prioritariamente propostas ligadas à segurança pública, o presidente da Casa, Eunício de Oliveira, reuniu-se com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e com o ministro do STF Alexandre de Moraes para tratar do sistema integrado de segurança. A proposta é estudada por uma comissão de juristas liderada por Moraes. Eunício e Maia afirmaram que o texto deverá ser apresentado ao Senado e à Câmara na próxima semana. **5**

Especialistas apontam vantagem econômica em reduzir burocracia

Em debate na comissão temporária da reforma do Código Comercial, participantes defenderam uma menor regulação estatal no setor e o destravamento do crédito ban-

cário. O aumento da competitividade, a redução de preços e o avanço das relações comerciais foram algumas das vantagens econômicas apontadas para a redução da burocracia. **2**



Fernando Bezerra (C) e Pedro Chaves (2º à dir.) na Comissão do Código Comercial



Plenário do Senado aprovou ontem medida provisória que facilita empréstimos para empreendedores de baixa renda

Aprovada MP que amplia acesso a microcrédito

O Plenário do Senado aprovou ontem medida provisória que amplia o acesso ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado. A

medida passa de R\$ 120 mil para até R\$ 200 mil a renda ou receita bruta máxima para que empreendedores de baixa renda obtenham

empréstimo. *Fintechs, startups* que prestam serviços financeiros por plataformas eletrônicas, também poderão participar do programa. **3**

Projeto que facilita recuperação judicial segue à Câmara **3**

Conselhos prisionais poderão ter educador social **6**

Carro importado deverá ser vedado a órgãos públicos **8**

Proposta cria centros para doenças raras **6**

Debatedores elogiam tecnologias israelenses para uso da água

Convênio firmado entre Brasil e Israel para compartilhar tecnologias para o uso sustentável da água vai beneficiar os dois países, disseram ontem

participantes de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia. Para o presidente da comissão, Otto Alencar, o Brasil trata mal seus rios. **7**



Ministro israelense Ofir Akunis (2º à esq.) e Otto Alencar, entre participantes

Medida permite renegociação de dívida de estados com a União **3**

Um acordo de lideranças permitiu que o Senado aprovasse ontem, no último dia do prazo de vigência, a medida provisória que facilita a renegociação, pelos estados e municípios, de suas dívidas com a União. **3**

Aéreas deverão ressarcir em sete dias passagem não utilizada **4**

Projeto confirmado ontem em comissão do Senado obriga empresas aéreas a devolver em sete dias o valor corrigido de passagem não utilizada. Quem descumprir a norma estará sujeito a multa de até 100% sobre o valor devido. **4**

Excepcionalmente neste mês, a reportagem especial da sessão *30 anos da Constituição Cidadã* será publicada na terceira quinta-feira. E passará a ser ampliada para o formato de encarte de quatro páginas.

Marcos Oliveira/Agência Senado



O presidente da comissão, Fernando Bezerra Coelho (C), e o relator, Pedro Chaves (2º à dir.) coordenam o debate

Burocracia menor favorece economia, diz especialista

Participantes de audiência pública promovida pela comissão temporária que analisa a reforma do Código Comercial defenderam menor regulação estatal no setor e destravamento do crédito bancário

A REDUÇÃO DA burocracia agiliza o processo empresarial e permite melhores resultados na atividade econômica, entre eles o aumento da competitividade, a redução de preços e o avanço das relações comerciais. A afirmação foi feita pelo doutor em direito empresarial Daniel Amin Ferraz em audiência pública na Comissão Temporária de Reforma do Código Comercial, ontem.

A proposta de reforma do código, que teve origem em anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas, tramita como Projeto de Lei do Senado (PLS) 487/2013, de Renan Calheiros (PMDB-AL).

A audiência teve como objetivo discutir a ampliação da segurança jurídica. No evento, Ferraz ressaltou que a internacionalização do direito empresarial ocorreu desde sempre e que suas normas vêm sendo consolidadas nos últimos 600 anos, o que tem permitido o desenvolvimento da atividade econômica. Ele recomendou cuidado com a espécie e o âmbito da regulação, para que as regras não dificultem a circulação de mercadorias.

— Essa área precisa de bai-

xa regulação estatal, porque o mercado se autorregula em função da concorrência. Quanto maior a concorrência no segmento, melhores serão os serviços, os resultados e a própria atividade econômica — avaliou.

Professora de direito da PUC do Paraná, Márcia Carla Ribeiro afirmou que não basta a alteração de normas específicas. É preciso, disse, mudar o ambiente constitucional para que haja avanço das atividades empresariais.

A professora defendeu a manutenção, no projeto de reforma do Código Comercial, de alguns dispositivos, como o que prevê que a vinculação ao contrato empresarial é plena e a revisão judicial é excepcional. Ela também sugeriu que se mantenha, entre outros, o dispositivo que estabelece que, mesmo não havendo imposição específica na lei, a parte responde pelos danos de forma abrangente.

Crédito bancário

O especialista na área financeira Jairo Saddi defendeu o aumento da concorrência e disse que o Brasil precisa

destravar o crédito bancário. Segundo ele, o sistema financeiro é fundamental para um país como o Brasil, cujo nível de crédito ainda é comparável ao de países como Peru e Colômbia. Na avaliação de Saddi, é preciso se afastar “do discurso simplista de que os bancos são ruins porque ganham dinheiro”:

— Estamos no mundo das criptomoedas. Os bancos de hoje certamente não serão os bancos de amanhã. O Brasil precisa de um novo sistema de garantias, o país tem mais de 60 sistemas diferentes de garantia, deveria transformar em um só, como fez o México. Se o Brasil quer de fato ser um país desenvolvido e ter um sistema financeiro sólido, estável, com oferta de crédito e democracia financeira, é preciso pensar que o sistema financeiro pertence à sociedade e deve a ela servir.

Relator da comissão temporária, o senador Pedro Chaves (PRB-MS) defendeu o aprimoramento da legislação em vigor e a adoção de um Código Comercial “leve e tranquilo” e com menos interferência estatal na atividade econômica.

Lei do Femicídio será tema de audiência pública

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) aprovou ontem a realização de audiência pública sobre a aplicabilidade da Lei do Femicídio (Lei 13.104/2015). A sugestão do debate é da relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE). Segundo ela, há subnotificação dos casos previstos na legislação.

Para a relatora, os dados sobre número de mortes de mulheres por questões de gênero são alarmantes. Contudo, nem sempre os crimes são enquadrados como feminicídio.

No pedido da audiência, a deputada explicou que em 2016 a comissão buscou dados estatísticos referentes a homicídios de mulheres relacionados a questões de gênero, com a finalidade de discutir a efetividade da lei. “Apenas um terço dos estados indica algum dado registrado como feminicídio. Os demais são classificados como homicídio”, diz a deputada na justificativa do requerimento. Para ela, há dificuldade de adaptação dos órgãos de segurança à nova lei.

A comissão aprovou outros 17 requerimentos. Entre eles, um que trata da realização do

14º Seminário LGBT e outro para seminário sobre o combate aos crimes de ódio contra a mulher na internet. Outro requerimento, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pede a discussão dos mecanismos de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Também foram aprovados pedidos de informações ao Ministério Público sobre os programas federais de enfrentamento à violência contra a mulher e sobre denúncias de ameaças de morte sofridas por líderes rurais no Amazonas.

Lotéricos pedem reajuste dos valores pagos pela Caixa

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu representantes das lotéricas que pediram apoio para aprovação de projeto que reajusta valores pagos pela Caixa aos permissionários lotéricos pelo recebimento de boletos (PLC 1/2018).

Eunício explicou que existem divergências com a Caixa sobre os reajustes e aconselhou uma negociação para

alterar o projeto antes da votação, a fim de evitar vetos.

Os donos de lotéricas concordaram. Estiverem presentes os presidentes da Federação Brasileira das Empresas Lotéricas, Jodismar Amaro, e do Sindicato das Empresas Lotéricas e Similares do Ceará, Custódio Albano, entre outros.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Marta elogia MEC por programas de formação docente

Marta Suplicy (PMDB-SP) elogiou ontem a iniciativa do Ministério da Educação de investir R\$ 1 bilhão na formação de professores, com foco nos programas de iniciação à docência e de residência pedagógica.

Em discurso na terça-feira, a senadora, que preside a Comissão de Assuntos Sociais, também anunciou ter recebido a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz, concedida pelo governo federal a personalidades que se destacam na defesa da saúde pública.



Moreira/Matriz/Agência Senado

Lídice defende ex-governador da Bahia indiciado

Lídice da Mata (PSB-BA) prestou solidariedade ao ex-governador da Bahia Jaques Wagner, do PT, indiciado pela Polícia Federal por suposto recebimento de propina nas obras do Estádio da Fonte Nova, em Salvador.

A senadora disse que Jaques Wagner é vítima de abuso de autoridade e que a acusação contra o ex-governador tem caráter político e serve aos interesses da oposição.

— O preço global do gasto no estádio, entre as 12 arenas do país, ficou em sexto lugar, e o preço por assento é o menor do Brasil.

HÁ 30 ANOS

Constituintes garantem novos direitos aos trabalhadores do país

Jornal da Constituinte
A semana do trabalhador

Em 29 de fevereiro de 1988, o *Jornal da Constituinte* noticiava que a semana tinha sido de votações para o trabalhador. Os destaques foram o pagamento de horas extras com valor 50% superior à remuneração normal e de férias, com 30% a mais. A licença-gestante, que era de 84 dias, foi ampliada para 120 dias. O salário mínimo passou a ser previsto para cobrir mais necessidades e o prazo para recorrer à Justiça do Trabalho foi definido em até cinco anos.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte37>

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário feitos depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

- CRE Embaixadores**
9h Entre 5 itens, indicação de embaixadores para Nigéria e El Salvador.
- MP 806/2017 Fundos exclusivos**
9h Audiência interativa com o secretário da Receita Federal, entre outros.

- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
10h Discussão sobre o PLS 15/2018, que trata do funcionamento de cartórios.
- PAUTA FEMININA Femicídio**
14h Debate sobre ações do serviço público para enfrentar o feminicídio.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

Plenário aprovou ontem medida provisória que passou de R\$ 120 mil para até R\$ 200 mil a renda ou receita bruta máxima para concessão de pequenos empréstimos

Mais empreendedores terão acesso a crédito

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em votação simbólica, a medida provisória que modificou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que concede pequenos empréstimos a empreendedores de baixa renda. A MP 802/2017 segue para sanção presidencial.

O programa, instituído em 2005, durante o primeiro mandato de Lula, tem o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares. Entre as principais alterações, está o aumento, de R\$ 120 mil para até R\$ 200 mil, do limite de renda ou receita bruta anual para enquadramento de pessoas físicas e jurídicas.

A MP revogou artigos da Lei 11.110/2005, que criou o programa, incorporando parte deles. Segundo o governo, a intenção é agilizar o empréstimo e aumentar o universo de beneficiados, por isso o reajuste do valor máximo, congelado desde 2008.

O texto aprovado acrescentou às fontes de financiamento do programa recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Antes da publicação da medida, os financiamentos de microcrédito eram concedidos apenas com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e de 2% dos depósitos compulsórios à vista

no Banco Central, a chamada exigibilidade.

Ficarão limitadas a 2% ao mês as taxas de juros efetivas nas operações de microcrédito com recursos do FAT, vedada a cobrança de qualquer outra despesa, à exceção da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 3% sobre o valor do empréstimo, a ser cobrada uma única vez.

Pelo texto aprovado, podem operacionalizar o programa a Caixa, o BNDES, os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento, os bancos múltiplos com carteira comercial, as cooperativas de crédito, as agências de fomento, a sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, além das organizações da sociedade civil de interesse público.

Agentes de crédito, constituídos como pessoas jurídicas nos termos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e as chamadas *fintechs*, também poderão participar do programa. As *fintechs* são sociedades que prestam serviços financeiros, inclusive operações de crédito, por plataformas eletrônicas.

Outra inovação trazida pela MP é a possibilidade de utilização de outras formas de orientação para microempreendedores, além da orientação presencial após a primeira visita. Essa alteração contribuirá



Senado aprovou MP que aumenta crédito para empreendedores de baixa renda. Texto segue para sanção

para a redução de custos das operações de crédito.

Segundo o texto, as operações de crédito poderão ser garantidas por fundos públicos ou privados.

Uma vez cumpridos os requisitos necessários à concessão do empréstimo, será proibido às instituições financeiras utilizar a condição de pessoa com idade igual ou superior a 60 anos como critério para indeferir empréstimo ao tomador final.

Conselho consultivo

A MP criou um conselho consultivo para propor políticas e ações de fortalecimento e

expansão do programa. O texto prevê a instituição de um Fórum Nacional de Microcrédito, com a participação de órgãos federais e entidades representativas. Ambos os órgãos serão presididos pelo ministro do Trabalho e Emprego.

Ao Ministério do Trabalho caberá nova atribuição de publicar na internet, no primeiro quadrimestre de cada ano, relatório sobre a performance do programa no ano anterior.

Também participarão do conselho os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Social, que já compõem o órgão, o da Indústria, o do Planejamento, a Secretaria

de Governo da Presidência da República e o Banco Central.

Todos os órgãos do conselho consultivo terão assento no Fórum Nacional de Microcrédito, que contará ainda com representantes do BNDES, da Caixa, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco da Amazônia, da Casa Civil e do Incra.

Outros órgãos poderão ser convidadas a participar do fórum, como o Sebrae, a Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito, a Organização das Cooperativas do Brasil e a Federação Brasileira de Bancos.

Com Agência Câmara

Medida que facilita renegociar dívidas com a União será promulgada

O Senado aprovou ontem, no último dia do prazo de vigência, a medida provisória que dispensa os estados, o Distrito Federal e os municípios de uma série de exigências para renegociar suas dívidas com a União. O texto (MP 801/2017), votado pela Câmara na terça-feira, foi aprovado pelo Senado graças a um acordo de lideranças.

A justificativa do governo ao editar a MP foi de que, mesmo com as novas condições previstas nas leis que possibilitaram a renegociação, os estados não estavam conseguindo refinancear seus débitos por causa da documentação exigida.

Com o novo texto, não será mais necessário demonstrar regularidade no recolhimento do FGTS, no cumprimento das regras relativas ao funcionamento dos regimes próprios de Previdência Social (ligados aos servidores públicos) e no comprometimento máximo da receita corrente líquida com despesas relativas às parcerias público-privadas.

Também será dispensada a apresentação de certidões de regularidade do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), do pagamento de tributos federais da dívida ativa da União (ex-

ceto contribuições previdenciárias) e do cumprimento de obrigações determinadas nas leis da época da renegociação.

As dívidas de que tratam a MP foram renegociadas com base em leis complementares aprovadas em 2014, 2016 e 2017.

A medida também autoriza o ministro da Fazenda a não elevar os encargos financeiros da dívida repactuada com base na Lei 9.496/97 caso o ente não tenha estabelecido o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal no prazo fixado ou que tenha descumprido as metas nele estipuladas.

Recuperação judicial de pequenas e microempresas vai à Câmara

Projeto que facilita a recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte foi aprovado ontem no Plenário. O PLS 285/2011 — Complementar dispensa essas empresas de apresentar certidões negativas de débitos tributários para obtenção de vantagens previstas em lei. Foram 63 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

A proposta, de Ciro Nogueira (PP-PI), integra a pauta prioritária sobre microeconomia do Senado. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

Por disposição expressa da legislação, a concessão de recuperação judicial depende da apresentação de certidão de regularidade fiscal.

O projeto, por sua vez, estabelece que, independentemente do pagamento imediato de dívidas com a Fazenda Pública ou de obtenção de suspensão de exigibilidade de créditos, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão valer-se da recuperação judicial e se reerguer economicamente, de modo a manter a sua atividade produtiva.

Em seu relatório favorável ao projeto, José Pimentel (PT-CE) destacou que a dispensa de certidão de regularidade fiscal, porém, não significa perdão de dívidas com a Fazenda Pública.

A empresa devedora continuará obrigada a arcar com débitos de titularidade do Estado, mas poderá obter a recuperação judicial ainda que existam débitos desta natureza vencidos. Ou seja, não haverá necessidade de a empresa quitar ou parcelar débitos com a Fazenda Pública previamente à concessão de recuperação judicial.

RÁPIDAS

PLENÁRIO ACATA MP QUE PRORROGA PRAZO PARA ADESAO AO REFIS RURAL
O Senado aprovou ontem a MP 803/2017, que prorroga o prazo final de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), chamado de Refis Rural. A medida, que segue para a sanção, faz alterações em outra medida provisória, a 793/2017, que perdeu a vigência. O texto foi aprovado na forma de um projeto de lei de conversão de Simone Tebet (PMDB-MS).

APROVADA CRIAÇÃO DE CONSELHOS DE TÉCNICO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA
Foi aprovado em Plenário e segue à sanção presidencial o PLC 145/2017, que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e Agrícolas e os respectivos conselhos regionais. O relator, favorável ao projeto, foi Valdir Raupp (PMDB-RO). Atualmente, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) faz esse registro e normatiza a atuação dessas duas categorias.

ACORDO COM OS EUA SOBRE TRANSPORTES AÉREOS GANHA URGÊNCIA PARA VOTAÇÃO
Passou a tramitar em regime de urgência o projeto de decreto legislativo que trata do acordo sobre transportes aéreos entre o Brasil e os Estados Unidos (PDS 5/2018). O requerimento de urgência foi aprovado em Plenário. Assinado em 2011, o tratado ficou conhecido como acordo de céus abertos. Alguns de seus artigos já estão em vigor devido a um memorando de entendimento.

SENADO COMEÇA A DEBATER PROPOSTAS DA COMISSÃO DE DESBUROCRATIZAÇÃO
Tiveram ontem a primeira sessão de discussão em Plenário dois projetos da Comissão Mista de Desburocratização. O PLS 15/2018 amplia os horários de funcionamento dos cartórios, e o PLS 17/2018 obriga os serviços notariais e de registro a intermediar os serviços e a entrega de documentos de cartórios de outras regiões. Eles terão mais uma sessão de discussão antes da votação em primeiro turno.

Aprovado projeto que dá sete dias para reembolso de bilhete aéreo

Proposta confirmada ontem em comissão do Senado obriga empresas a devolver ao consumidor valor corrigido de passagem não utilizada

O PROJETO QUE dá prazo máximo de sete dias para as empresas aéreas reembolsarem passageiros por bilhetes não utilizados foi aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Se não houver recurso para votação em Plenário, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

O PLS 313/2013 prevê que o consumidor receberá o valor pago pela passagem corrigido monetariamente. A empresa que descumprir a norma será punida com multa de 100% sobre o valor devido ao passageiro.

Segundo o autor do projeto, o senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta foi inspirada em debates realizados pelo Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de São Paulo (Sindetur-SP), que constataram desempenho insatisfatório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na proteção do consumidor.

O relatório do senador Armando Monteiro (PTB-PE) especifica que qualquer tipo de multa ou taxa cobrada pela companhia aérea para o reembolso — de acordo com a classe tarifária do bilhete, por exemplo — deverá constar ostensivamente de todas as ofertas do serviço aos consumidores em potencial.

O texto diz ainda que, em caso de súbita paralisação de atividades pela empresa de transporte aéreo contratada, é dada ao consumidor a possibilidade de escolher como ressarcimento o reembolso pleno do valor pago ou o endosso do bilhete por outra empresa que opere o mesmo trecho aéreo. Originalmente, a proposta só previa a última opção.

As alterações serão inseridas no



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ataídes comandou a votação que confirmou o benefício ao consumidor de passagem aérea

Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), e não no Código de Defesa do Consumidor, como propunha o projeto original.

Intercâmbio

Outra proposta confirmada, que deve seguir para a Câmara, é o PLS 44/2011, que dá mais segurança para estudantes e trabalhadores que fazem intercâmbio em outros países. Passa a ser obrigatório que as informações sobre remuneração, carga horária, natureza da atividade, cargo, atribuições, moradia e demais dados estejam explícitos e em língua portuguesa no contrato de trabalho ou estudo.

A intenção da autora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é dar garantias ao consumidor, já que “estudantes vêm sendo ludibriados com propostas falsas sobre intercâmbio e muitas vezes acabam em condições subumanas de moradia e trabalho no exterior”, explicou a senadora.

Os contratos deverão conter ainda a localização, as características de infraestrutura, a descrição da habitação, o preço e a quantidade máxima de pessoas que dividirão o quarto durante o intercâmbio. Se for um intercâmbio de trabalho, o contrato deve explicitar dados detalhados sobre duração, remuneração, carga horária

e atribuições a serem desempenhadas pelo intercambista.

O relator da proposta, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), acatou a matéria da forma como aprovada nas comissões anteriores — um substitutivo que insere o teor da proposta na Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008), em vez de criar um novo dispositivo legal. Ele modificou o projeto para deixar claro que a norma também deve alcançar o intercâmbio cultural, não se limitando ao de estudos no exterior.

Requerimento

A comissão também decidiu realizar audiência pública proposta pelo senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) para discutir a formação de cartel e a infração à ordem econômica por postos de combustíveis em todo o território nacional.

Para o debate, foram convidados o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, o secretário nacional do Consumidor, Arthur Luis Mendonça Rollo, a presidente do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini, o presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares, e um representante da Pebrobras.

Comissão vai discutir corte de quase 50% das verbas para metrô e trem urbano

O corte de quase 50% na dotação orçamentária de recursos da União para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e suas consequências para os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros, metrô e VLTs, serão tema de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O pedido de debate, que ocorrerá em data ainda a ser definida, é da presidente do colegiado, Fátima Bezerra (PT-RN).

A senadora divulgou dados do Siga Brasil, mostrando que, em 2017, as dotações orçamentárias autorizadas para o funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros foram de quase R\$ 250 milhões. Em 2018, o valor autorizado foi de apenas R\$ 132 milhões.

— Esse corte pode afetar os metrô da região metropolitana de todo o país, em especial das cinco capitais onde opera a CBTU: Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal. O governo federal tem sugerido que o sistema funcione em horário reduzido, só de segunda a sexta-feira, e não descarta até a paralisação total. Hoje já há o grande problema de superlotação nos transportes coletivos, imagine se esse serviço deixar de existir?

A CDR também aprovou requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) pedindo ao Ministério do Turismo informações sobre o número de veículos registrados anualmente no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur/MTur), desde o início das atividades de cadastramento. Os dados fundamentarão o relatório da senadora sobre o PLC 216/2015, em análise na comissão. O texto concede isenção do IPI para aquisição de vans e micro-ônibus por motoristas profissionais autônomos, com atividade turística certificada pelo ministério.

Gleisi contesta afirmações de que economia melhorou

Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou afirmações de que a economia estaria melhorando. Ela disse que o



Pedro França/Agência Senado

desemprego está subindo, os aumentos do salário mínimo nos últimos dois anos foram abaixo da inflação e o governo corta investimentos. A população do Paraná, considerado um dos estados mais prósperos, enfrenta problemas, afirmou:

— O índice de desemprego pulou em 2014 de 4% para 9% em 2017. Então pergunto: para quem está melhorando a economia? Não é para o povo brasileiro, não é para a imensa maioria dos trabalhadores. É para a elite.

Para Sérgio de Castro, o Brasil ignora a nova revolução tecnológica

Há uma revolução industrial no mundo que não tem sido inserida na agenda política brasileira, disse



Pedro França/Agência Senado

Sérgio de Castro (PDT-ES). O senador citou artigo do jornal *Folha de S. Paulo* intitulado “Economia 4.0 versus políticos 0.0”, do jornalista Clóvis Rossi.

— O Congresso precisa assumir seu papel na definição dos objetivos nacionais estratégicos e na formulação de políticas públicas, especialmente as voltadas a essa revolução e suas implicações. São alterações tão velozes e tão profundas que, em pouco tempo, tornarão obsoletas as nossas indústrias.

Ângela diz que reforma trabalhista aumentou o desemprego no país

Dados divulgados pelo IBGE mostram um índice de 12,2% de desempregados no país, totalizando 12,7 milhões de brasileiros sem



Pedro França/Agência Senado

trabalho, disse Ângela Portela (PDT-RR). Considerando-se as pessoas subocupadas, segundo o IBGE, faltou trabalho para 26,5 milhões de pessoas no ano passado, disse a senadora. Ela destacou ainda a queda no número de postos de trabalho com carteira assinada.

— Houve aumento do número de microempresários individuais, que, na verdade, são desempregados. A reforma trabalhista teve efeito contrário ao prometido pelo governo.

Vanessa apoia ação contra a convalidação de incentivos fiscais

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) aplaudiu a iniciativa do governador de seu estado, Amazonino Mendes,



Pedro França/Agência Senado

de ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei que convalida os incentivos fiscais. De acordo com a senadora, durante anos os estados concederam incentivos não previstos na legislação. Na opinião de Vanessa, a lei deveria apenas validar os acordos feitos no passado, mas também abriu espaços para concessão de novos incentivos.

— Apresentamos emendas, tentamos fazer com que esses artigos não entrassem na lei, mas infelizmente entraram.

Lasier defende dedução integral de despesas com educação no IR

A dedução integral, no Imposto de Renda (IR), das despesas do contribuinte e seus dependentes



Pedro França/Agência Senado

com educação foi defendida por Lasier Martins (PSD-RS). Ele apresentou projeto (PLS 303/2017) com esse objetivo.

— A legislação tributária atual permite a dedução de gastos equivalentes a R\$ 3.561 ao ano, o que é muito pouco diante do valor que as famílias gastam com educação — afirmou.

O senador também defendeu outro projeto de sua autoria, que prevê a correção anual dos limites da tabela do IR pelo IPCA a partir de 2019 (PLS 46/2018).

Crimes de milícias poderão passar a ser investigados pela Polícia Federal

Plenário aprovou proposta que atribui à PF a responsabilidade de apurar crimes praticados por agentes estaduais de segurança pública

A POLÍCIA FEDERAL poderá se responsabilizar pela investigação de crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, caso se comprove o envolvimento de agente de órgão de segurança pública estadual. Essa atribuição está prevista em projeto aprovado pelo Plenário ontem. O texto (PLS 548/2011) segue para análise da Câmara dos Deputados.

O autor da proposta, o ex-senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, observa que a deficiência da segurança pública, especialmente em favelas e comunidades carentes, favoreceu o surgimento das milícias armadas.

Impulsionadas pela sensação de impunidade e com faturamento milionário, as milícias passaram a atrair muitos integrantes das próprias forças de segurança pública.

Força Nacional

Duas emendas ao texto foram apresentadas em Plenário pelo relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

A primeira determina que os integrantes da Força Nacional possam ser acionados para auxiliar a Polícia Federal nos procedimentos de investigação. Randolfe explicou que a atuação conjunta das forças policiais da União, dos estados e do Distrito Federal já é prevista na Lei 11.473/2007.

A segunda emenda incluiu no texto os crimes contra o patrimônio quando a vítima for instituição financeira, “inclusive no transporte de valores próprios ou por empresas autorizadas”.

Aprovado plano nacional para reduzir assassinatos de jovens

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o projeto que institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens. A proposta (PLS 240/2016) segue para análise do Plenário, em regime de urgência. O texto é resultado dos trabalhos da CPI do Assassinato de Jovens, que funcionou entre 2015 e 2016, sob a presidência de Lídice da Mata (PSB-BA) e com Lindbergh Farias (PT-RJ) como relator.

O plano tem o objetivo de reverter os altos índices de violência contra os jovens no prazo de dez anos. O foco dessa ação social serão os jovens negros e pobres, que lideram o ranking de mortes



Eunício, Maia e Alexandre de Moraes participam de reunião sobre projetos relativos à segurança pública

Avança discussão sobre sistema integrado de segurança

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reuniu-se ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e com o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, que preside a comissão especial criada para elaborar uma nova legislação de combate ao tráfico de drogas e armas no país. A pauta do encontro foi o sistema integrado de segurança pública.

Eunício reforçou que o sistema é muito necessário e urgente e vai integrar as inteligências existentes no Brasil.

— Não é um projeto que vai gerar custos. Não haverá necessidade de pedir recursos do governo federal porque as inteligências [das polícias] já

existem. Precisam se comunicar — afirmou.

Maia disse que, na semana que vem, Moraes fará a última audiência com os comandantes das polícias militares e então apresentará o resultado do trabalho da comissão especial ao Congresso. A ideia é criar uma comissão de deputados e senadores para acelerar a análise do texto.

— Estamos há mais de duas semanas trabalhando no projeto do sistema integrado de segurança pública. Combinamos de dar um prazo de uma semana a dez dias para aprovar a urgência — afirmou Maia.

Para ele, o grupo de juristas comandado pelo ministro está trabalhando com liberdade.

— Eles vão tratar de lavagem de dinheiro, da circulação de recursos e da utilização de outras tecnologias de comunicação que não podem hoje ser grampeadas e monitoradas pela polícia, como o WhatsApp — afirmou.

Eunício ressaltou que o trabalho em torno das pautas de segurança pública e da agenda de microeconomia está sendo feito de forma integrada entre o Senado e a Câmara, mas que todos podem colaborar.

— Nem eu nem Rodrigo Maia temos vaidade de sermos donos dos projetos. Eles estão abertos ao Executivo, ao Judiciário, ao Ministério Público, à participação de governadores, de secretários de segurança, a todos que militam na área.

— O pior tipo de crime é aquele praticado pelo agente de Estado que, inclusive, é a força policial, o aparato armado do Estado, e que teria o dever de proteger a cidadania, que teria o dever de proteger o cidadão mas, abandonando

esse dever, passa a atuar ao lado das forças criminosas.

Lindbergh Farias (PT-RJ) acrescentou que apenas 1% dos homicídios chega a ser resolvido e somente 6% são investigados. O problema, na avaliação do senador, é que

a Polícia Militar é proibida por lei de fazer o trabalho de investigação.

Suplente de Crivella, o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) também se manifestou favoravelmente à aprovação da proposta.

Defensores da Previdência Social elogiam suspensão da reforma

O presidente da CPI da Previdência, Paulo Paim (PT-RS), e o presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), agradeceram na terça-feira ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, pela suspensão das votações de propostas de emenda à Constituição (PEC) enquanto durar a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. A suspensão interrompeu o exame da reforma da Previdência no Congresso Nacional, que era analisada por meio de uma PEC.

— No momento em que o governo federal estava tentando vender uma ilusão de que

ia suspender a intervenção e voltar a discussão da reforma, o senador Eunício foi fundamental dizendo que não tramitaria a reforma da Previdência em hipótese alguma aqui nesta Casa — elogiou o deputado.

Paim disse que vai entregar o relatório da CPI para todos os candidatos à Presidência da República.

— Os presidenciáveis que digam o que eles estão pensando da Previdência — afirmou.

Também participaram da reunião representantes de sindicatos dos analistas tributários e dos auditores fiscais da Receita e do Trabalho.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Lídice pede plano de redução da violência contra jovens

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu ontem a rápida aprovação do projeto que cria o plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens. A proposta, resultado do trabalho da CPI do Assassinato de Jovens, que funcionou no Senado em 2015 e 2016, estabelece algumas metas que podem reverter a situação atual, informou a senadora.

Ela ainda pediu que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, leve em consideração o produto do trabalho da CPI do Assassinato de Jovens.



Moirena Moritz/Agência Senado

Fátima elogia decisão do STF sobre prisão domiciliar de grávidas

Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou ontem a recente decisão do Supremo Tribunal Federal de que as mulheres grávidas presas em caráter provisório, portanto não condenadas, poderão ficar em prisão domiciliar. Isso evitará que seus filhos de até 12 anos se vejam privados da convivência com a mãe, disse a senadora.

Fátima afirmou que a decisão se alinha ao espírito da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Alinha-se também, observou, à Lei 13.257/2016, que instituiu o Marco da Primeira Infância.



Pedro Franco/Agência Senado

Rose pede melhorias em programa de ensino técnico

Em discurso na terça-feira, Rose de Freitas (PMDB-ES) destacou o relatório de Roberto Muniz (PP-BA) sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011. Desde então, disse a senadora, o país já gastou mais de R\$ 38 bilhões com o programa, que, segundo ela, obteve bons resultados.

Produzido no ano passado para a Comissão de Educação, o relatório apresenta o programa e sugere aperfeiçoamentos. Para a senadora, as ações do Pronatec precisam ser mais bem fiscalizadas e acompanhadas para que o programa continue melhorando na aplicação de recursos públicos.

Projeto amplia atuação de educadores sociais

Profissionais devem passar a integrar comissões técnicas e conselhos que atuam nas prisões na classificação e assistência aos presos, determina proposta aprovada em comissão

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto do senador Telmário Mota (PTB-RR) que inclui a categoria de educador social na composição das Comissões Técnicas de Classificação e dos Conselhos da Comunidade. O projeto (PLS 651/2015), que altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984), segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento prisional, tem a função de classificar os condenados e presos provisórios segundo seus antecedentes e personalidade, orientando a individualização da execução penal. Cabe à comissão elabo-



Relatora, Regina defende aprovação do texto em reunião com Dalírio Beber, Flexa Ribeiro e Sérgio de Castro

rar o programa individualizado da pena privativa de liberdade adequado ao preso. O órgão é sempre presidido pelo diretor do presídio e é composto, no mínimo, por dois chefes de

serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.

Já os Conselhos da Comunidade têm como função visitar, ao menos uma vez por mês, os estabelecimentos penais,

entrevistar presos, apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e atuar na obtenção de recursos materiais e humanos, melhorando a assistência ao preso. Hoje esses conse-

lhos são compostos por um representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um defensor público e um assistente social.

A relatora da proposta, senadora Regina Sousa (PT-PI), afirmou que, como esses órgãos atuam com pessoas em conflito com a lei, é preciso refazer os passos para a socialização básica.

— Mais do que prestar assistência, o que se busca é a ressocialização do preso. Vejo o educador social como uma ferramenta natural neste processo, pois pode atuar na formação e reorientação profissional do condenado.

Anteprojeto prevê centros de atenção às doenças raras

A instalação de centros de referência do SUS para o tratamento de doenças raras, a serem implantados nas regiões do país de acordo com o perfil epidemiológico, é um dos principais pontos do anteprojeto sobre atenção ao paciente que sofre dessas doenças. A proposta do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) foi apresentada ontem, Dia Mundial de Doenças Raras.

Os centros deverão atender os pacientes em tempo adequado, uma das grandes lacunas do modelo atual, e gerenciar a oferta e a distribuição de medicamentos, alimentos especiais e fórmulas nutricionais, de acordo com o quadro clínico e as necessidades do paciente. Também deverão manter um banco de dados atualizado com informações sobre aspectos clínicos e epidemiológicos dos atendimentos feitos.

A proposta determina ainda a criação, por parte do poder público, de um Cadastro Nacional de Pacientes com Doenças Raras, a ser elaborado a partir das informações encaminhadas pelos centros de referência,

ou por qualquer outra unidade que preste atendimento aos pacientes.

De acordo com levantamento da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), cerca de 13 milhões de brasileiros sofrem com alguma dessas enfermidades. Segundo a

Romário fala das dificuldades vividas pelas famílias

Romário (Pode-RJ) destacou o Dia Mundial das Doenças Raras. Ele afirmou que é difícil imaginar o drama vivenciado por quem tem essas doenças.

— Você que é trabalhador, que é mãe, que é filha, que precisa manter o emprego, que mora numa favela e precisa correr para chegar em casa a salvo. Imagine que, além de tudo isso, você tenha uma doença rara, que o impede de trabalhar, que o joga em uma cama, muitas vezes pelo resto da vida.



Pedro França/Agência Senado

Cássio quer CPI para investigar falta de medicamentos

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) anunciou que está coletando assinaturas para a criação de uma CPI para investigar o fornecimento dos medicamentos órfãos, assim chamados os medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras.

— Todas as semanas, nós estamos recebendo notícias de óbitos, em decorrência da falta desses medicamentos. É inadmissível a omissão, a incompetência, o descaso com que o governo federal vem tratando esse tema.



Pedro França/Agência Senado

Moka: setor deve ter rede assistencial especializada do SUS

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) mencionou o aumento da demanda por políticas públicas destinadas a tratar de doenças raras.

De acordo com o parlamentar, o SUS precisa enfrentar o desafio de fornecer uma rede assistencial especializada para cuidar desses pacientes.

— Estamos conseguindo trilhar esse caminho sabendo que lá na frente haveremos de comemorar muitas coisas boas. Os nossos pacientes têm pressa.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Privatização do setor elétrico será tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará uma nova audiência pública para discutir a privatização do setor elétrico. Requerimento para a realização do evento foi aprovado ontem.

Paulo Paim (PT-RS), autor do pedido, lembrou que a discussão sobre eletricidade, luz e combustíveis está na pauta de diversos países.

— Vamos aproveitar quando debatermos esse tema para aprofundar o debate sobre o gás e sobre a gasolina, que teve em torno de 130 aumentos. O gás praticamente dobrou de preço — afirmou o senador.

A presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), e o senador Hélio José (Pros-DF) também subscreveram o pedido. A data do debate ainda será definida.

Outros pedidos de audiência aprovados tratam de direitos trabalhistas, trabalho rural e doméstico e organização sindical.

Na reunião de ontem da CDH também foi aprovado o relatório de atividades da comissão durante o segundo semestre de 2017.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Tecnologia hídrica israelense vai beneficiar Brasil, aponta debate

Participantes ressaltaram tecnologias desenvolvidas por Israel para aproveitamento de água utilizada pela indústria e em estações de esgoto

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) acreditam que a parceria entre Brasil e Israel em torno de tecnologias para o uso da água será benéfica para os dois países. Eles debateram projetos de cooperação científica para a preservação e o uso sustentável dos recursos hídricos.

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), elogiou a tecnologia hídrica israelense, citando projetos de dessalinização e de reúso da água. Para ele, Israel deve servir de exemplo para o Brasil na preservação e no uso sustentável da água.

Na avaliação do senador, o Brasil tem agido de modo irresponsável com relação aos rios. Segundo ele, a perda de recursos fluviais no Brasil tem sido muito grande nos últimos anos, diante do aumento do consumo humano, industrial e agrário.

— Estamos vendo uma redução anual crescente na vazão dos principais rios do país. O governo não tem política de preservação dos rios que abastecem nossas populações — afirmou Otto, lembrando que uma de suas principais bandeiras legislativas é a revitalização do Rio São Francisco.

O ministro da Ciência e Tecnologia de Israel, Ofir Akunis,



Embaixador Yossi Shelley, ministro Ofir Akunis, senador Otto Alencar e secretário-executivo Elton Zacarias

que está em visita oficial ao Brasil, classificou o encontro na CCT como “histórico”. Ele disse que é a primeira vez que um ministro da Ciência de Israel vem representar seu país em um evento em solo brasileiro. O ministro ressaltou que, nos últimos anos, tem visto uma melhora nas relações entre Brasil e Israel.

— Em minha atuação, procuro fortalecer as relações por meio da tecnologia. Esta audiência pode começar um novo caminho para os dois países — disse o ministro.

Convênio

Para Akunis, o convênio entre os ministérios de Ciência e Tecnologia de Israel e Brasil para compartilhar a tecnologia do uso da água será duradouro e importante para ambas as nações. Ele disse que Israel já aprendeu muito com o Brasil, por exemplo, na tecnologia do uso do gás. O ministro também ofereceu ao Brasil o uso das

imagens do satélite Vênus, o que pode ajudar na atuação do governo brasileiro para enfrentar problemas como a seca e a recuperação de rios.

Segundo Akunis, Israel se tornou referência no uso da água, mesmo sem grandes rios e com cerca de metade de seu território em terras desérticas. Soluções concretas foram encontradas por meio do reaproveitamento da água em indústrias e até em estações de esgoto. Além disso, o processo de dessalinização israelense evoluiu bastante na última década. Ele destacou ainda a educação para o uso racional da água desde a infância. Por fim, parcerias entre o governo, empresas e universidades também têm sido importantes para o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura.

O secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Elton Zacarias, lembrou que Brasil e Israel firmam acordos diplomáticos desde

o ano de 1949. Na visão dele, Israel é o exemplo de um país que passou por mudanças significativas baseadas em educação e inovação tecnológica. Ele reconheceu que ainda há muitos desafios para o Brasil ultrapassar e destacou algumas parcerias entre os dois países na área de tecnologia.

Também participaram da reunião os senadores Wilder Moraes (PP-GO) e Lasier Martins (PSD-RS), o embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelley, e funcionários da embaixada israelense.

Lasier elogiou o processo de dessalinização de Israel e disse que essa tecnologia pode ser uma solução para o Nordeste brasileiro. Wilder relatou que, há alguns anos, fez uma visita oficial a Israel em um centro de produção de peixes e teve uma boa impressão da tecnologia para o uso sustentável da água.

— Com certeza esse acordo será muito proveitoso, tanto para o Brasil como para Israel.

Senadores divergem sobre inclusão de municípios na área da Sudene

A inclusão de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi alvo de intensa discussão na reunião de ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Enquanto senadores mineiros e capixabas defenderam a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 148/2017 — Complementar), a bancada nordestina se mobilizou contra o avanço da proposta.

O projeto inclui 76 municípios de Minas Gerais e três municípios do Espírito Santo na área de atuação da autarquia, entre eles municípios da região do Vale do Rio Doce, afetados em 2015 pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Aécio Neves (PSDB-MG), relator do projeto, propôs a

retirada de pauta. Antes, ele argumentara que esses municípios foram indevidamente excluídos da Lei Complementar 125/2007, que define a área de atuação da Sudene.

— A Sudene tem por objetivo maior reduzir as enormes e vergonhas diferenças que dividem os brasileiros e algumas de suas regiões. Ao longo do tempo correções foram feitas para que municípios de Minas Gerais que têm a mesma realidade de parcelas da Região Nordeste tivessem a possibilidade de acessar esses recursos.

Contrário ao projeto, Armando Monteiro (PTB-PE) destacou que os recursos da Sudene já são insuficientes para promover o desenvolvimento do Nordeste e de outros municípios de Minas Gerais e Espírito Santo que já integram a área de atuação da autarquia.

Ele defendeu a criação de uma política nacional para o desenvolvimento regional:

— É legítimo que outras regiões do país possam demandar programas de apoio, programas regionais ou que o Brasil venha definir uma política nacional de desenvolvimento regional, mas a partir de definição de novos instrumentos e não através da diluição de recursos que já são claramente insuficientes.

Tragédia

Para Magno Malta (PR-ES), a tragédia de Mariana e as similaridades entre esses municípios mineiros e capixabas e os da Região Nordeste justificam a iniciativa:

— Ao criar a Sudene não se disse no texto que ela seria propriedade privada do Nordeste. A Sudene tem que ser um órgão para socorrer

qualquer estado que passa por calamidade.

Sérgio Castro (PDT-ES) e Rose de Freitas (PMDB-ES) também se posicionaram favoravelmente ao projeto:

— As características do meu estado mudaram. Muitos municípios são afetados pela seca, que não é a mesma de 1959 quando foi construída essa lei — argumentou Rose.

Lídice da Mata (PSB-BA) e José Pimentel (PT-CE) consideraram preocupante a inclusão de novos municípios. Segundo Pimentel, “o cobertor é curto para cobrir as necessidades”.

— Não estamos negando que esses municípios precisam de um olhar diferenciado. Seja pelo desastre, seja por outros problemas, mas não é fracionando o que já é insuficiente que vamos encontrar a saída — apontou.

Rose defende inclusão de 81 municípios na Sudene

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) defendeu a aprovação do projeto que insere na área de atuação da Sudene 81 municípios mineiros e 3 municípios capixabas, localizados na região do Vale do Rio Doce (PLC 148/2017).

— Entre os objetivos da proposição, está o de suprir a necessidade de investimentos públicos destinados a reverter ou mesmo diminuir os efeitos das estiagens, incentivar os investimentos privados e diminuir a migração, o desemprego e a degradação ambiental.

José Medeiros ataca burocracia do Ibama em obras em MT

José Medeiros (Podemos-MT) criticou na terça-feira a presidente do Ibama, Suely Araújo, pela demora na liberação das obras de recuperação da rodovia BR-242, em Mato Grosso. Segundo ele, as obras estão emperradas há anos pela burocracia do licenciamento ambiental.

— Não é possível que um estado como Mato Grosso fique à mercê de burocratas que não se sensibilizam com quem morre na rodovia e gastam mais com papel do que com o objetivo final do projeto — protestou Medeiros, que citou várias obras paradas em Mato Grosso.

Chuva intensa atingiu região maranhense, relata Pastor Bel

Pastor Bel (PRTB-MA) lamentou os prejuízos causados pela chuva na região do Médio Mearim, no Maranhão. O senador informou que pedirá ajuda ao presidente da República, Michel Temer, para os prefeitos da região.

— Graças a Deus o governo tem sido bem sensível com o meu estado, com o Maranhão, e eu agradeço ao presidente da República por abrir o coração para as cidades do meu estado do Maranhão.

Pastor Bel também falou sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Órgão público poderá ter restrição ao comprar carro

Segue para a Comissão de Assuntos Econômicos projeto que só permite que órgãos federais, estaduais e municipais adquiram veículos nacionais, fabricados em países do Mercosul ou de natureza especial

ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS, estaduais e municipais poderão ser proibidos de comprar veículos fabricados no exterior, exceto aqueles produzidos por países que integram o Mercosul. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que impõe esta restrição. O PLC 78/2012 será votado agora, em decisão final, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Conforme o projeto, também ficariam de fora da restrição veículos de natureza especial,

sem similar com os produzidos no mercado interno e aqueles adquiridos por missões diplomáticas.

O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), considerou a iniciativa oportuna e conveniente. O relatório foi lido por Valdir Raupp (PMDB-RO).

“A medida vem contribuir para que haja compromisso do poder público com a economia nacional. Busca-se, portanto, proteger o mercado interno e estimular a indústria nacional”, observa Gurgacz no parecer.

Uma das emendas apresen-

tadas pelo relator encaixa a medida na Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). Gurgacz também acrescentou nova exceção à exigência, possibilitando a compra de veículos de fabricação estrangeira por missões diplomáticas, consulares ou qualquer representação oficial do governo brasileiro em missão temporária ou permanente em outro país.

“Evita-se, desse modo, a imposição de proibição desarrazoada, que possa comprometer injustificadamente a qualidade e a eficiência na prestação de serviços pela administração pública”, argumenta o relator.

Mercosul

Foi também o senador que acrescentou a possibilidade de aquisição de veículos produzidos no Mercosul. “A proibição não pode equiparar veículos oriundos de Estados do Mercosul a veículos estrangeiros. Pelo menos em tese, vivemos um regime de união aduaneira, e, portanto, de equivalência de tributos”, esclarece Gurgacz.



Pimentel (E) relatou a proposta na Comissão de Constituição e Justiça

Fundo de parcerias público-privadas deve ir para a Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, em decisão final, projeto que cria um fundo de reserva para cobrir parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil.

O PLS 22/2017, do senador Alvaro Dias (Pode-PR), modifica a Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico dessas parcerias, para execução de projetos em regime de mútua cooperação. O relator foi o senador José Pimentel (PT-CE).

A proposta também estipula duração de até cinco anos para esses acordos e a possibilidade de prorrogação apenas para contratos que tiverem vigência inferior a esse prazo.

O fundo deverá atender

situações emergenciais, imprevistas ou imprevisíveis.

“A administração pública efetua repasse de recursos a organizações da sociedade civil, a serem aplicados na consecução do plano de trabalho previamente estipulado quando da formalização do instrumento. Nesse sentido, tendo em vista o fato de que as organizações assumem obrigações perante terceiros, o eventual atraso no repasse compromete a saúde financeira das entidades, notadamente quando os recursos têm por destinação efetuar pagamentos de natureza trabalhista”, considerou Alvaro.

Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto vai para a Câmara.



Raupp lê relatório de Gurgacz na Comissão de Constituição e Justiça

Comissão aprova identidade de parlamentar para todo o país

As carteiras de identidade funcionais de senadores, deputados federais, estaduais e distritais e vereadores devem valer como documento de identidade civil em todo o território nacional. É o que determina projeto do senador Romário (Pode-RJ) aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta original altera a Lei 7.116/1983 para atribuir fé pública às carteiras de identidade funcionais emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Em sua justificativa, Romário lembra que a atual carteira funcional não tem fé pública e não é aceita nos aeroportos como documento de identidade.

Pelo texto do PLS 56/2015, os documentos terão validade durante todo o mandato dos parlamentares. Nos casos de renúncia, perda de mandato e afastamento para exercício em outro Poder, as carteiras devem ser devolvidas. O uso indevido será considerado crime de falsidade ideológica.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), deu parecer favorável à proposta. O senador apresentou uma emenda para estender o benefício aos parlamentares das assembleias legislativas estaduais, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das câmaras municipais. Ele retirou do projeto trecho que estendia a validade da carteira aos servidores do Legislativo.

Injúria por orientação sexual pode virar crime

O projeto que torna crime a injúria praticada por questões de gênero e de orientação sexual foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 291/2015 é da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e foi relatado pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

O Código Penal pune o ato de injuriar alguém, com

ofensas à dignidade ou ao decoro da vítima, com detenção de um a seis meses ou multa. O projeto altera o dispositivo que estabelece como agravante desse crime o uso de elementos referentes, por exemplo, a raça e cor, acrescentando a orientação sexual e a questão de gênero entre os agravantes. Em todos esses casos, a pena é de um

a três anos de reclusão mais multa.

Ao justificar a proposta, Gleisi disse que considera inadmissíveis atos que desqualifiquem um gênero em detrimento de outro. “Sobretudo porque o tratamento igualitário de homens e mulheres é uma das bases de qualquer Estado democrático de direito”, afirma.

Escola pode ter de fornecer material coletivo

As escolas particulares serão obrigadas a fornecer o material coletivo, caso decidam padronizar o que for usado pelos alunos. A medida está prevista em projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ),

que segue para a Comissão de Educação (CE).

A proposta (PLS 51/2014) de Ciro Nogueira (PP-PI) reitera a vedação à cobrança de qualquer quantia para custeio do material. Com exceção de livros, fica proibida a adoção

de marca específica para materiais escolares. O descumprimento poderá levar a instituição a ser punida nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que prevê desde a aplicação de multa até a cassação de licença.

Proposta que cria o Diário Eletrônico da OAB segue para análise dos deputados

A criação do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo PLS 156/2014, que agora deve seguir para a Câmara, os atos, notificações e decisões dos órgãos da entidade, salvo quando reservados ou de administração interna, deverão ser publicados por meio eletrônico.

Na justificativa da proposta, o então

senador Jayme Campos argumenta que as formas de divulgação dos atos da entidade não correspondem à “velocidade de difusão do conhecimento no mundo contemporâneo”.

A relatora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), lembrou que parte do custo do alto valor das anuidades deve-se ao fato de até hoje a instituição ser obrigada a gastar dinheiro em publicações de grande circulação.

Aplicação da arrecadação com multa de trânsito poderá ter divulgação obrigatória

Os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito podem ser obrigados a divulgar como aplicam o dinheiro arrecadado com multas. É o que determina o projeto aprovado em decisão final pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o projeto será enviado à Câmara. O PLS 567/2015 foi proposto pela então senadora Sandra Braga (AM).

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), fez uma alteração na proposta para fazer com que essa obrigação conste também da Lei de Acesso à Informação. Além disso, ela acrescentou dispositivo prevendo que a recusa em fornecer ou divulgar essas informações de forma completa é uma conduta ilícita dos agentes públicos responsáveis, que responderão por improbidade administrativa.